

PENSAMENTO NEGRO EM DEBATE: AS IDEIAS DE RONILSO PACHECO E DE EMICIDA

Gabriel Delphino¹
Thiago Campos da Silva²

RESUMO: O artigo tem como objetivo identificar se as ideias do pastor Ronilso Pacheco e do *rapper* Emicida dialogam com as chaves interpretativas do pensamento social negro. Para tal, serão mobilizados livros do pastor, assim como entrevistas concedidas por Emicida ao jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* em 2018 e ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em 27 de julho de 2020, buscando identificar a relação que ambos estabelecem com o pensamento negro brasileiro e suas reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Quanto à metodologia adotada, serão realizadas discussões bibliográficas nos dois segmentos iniciais do trabalho, além de uma análise de discurso para as entrevistas de Emicida. Com isso, visa-se destacar novos horizontes de interpretação da realidade, contribuindo para a formulação de diferentes possibilidades analíticas e investigativas sobre a sociedade brasileira, fazendo emergir e ressoar as vozes de sujeitos historicamente invisibilizados e marginalizados pelas narrativas oficiais e hegemônicas. Procuramos demonstrar as interlocuções entre os autores selecionados e o fazer social, entendendo a necessidade de “enegrecer” as políticas públicas e de pautar a compreensão do mundo social a partir de perspectivas descolonizadas e fundadas na e a partir da experiência negra.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Negritude. Pensamento político. Ronilso Pacheco. Emicida.

BLACK THOUGHT IN DEBATE: IDEAS OF RONILSO PACHECO AND EMICIDA

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: gabrieldelphino20@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9763-949X>.

² Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: tg.campos@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7799-6254>.

ABSTRACT: The article aims to identify whether the ideas of pastor Ronilso Pacheco and rapper Emicida dialogue with the interpretive keys of black thought. To this end, pastor's books will be mobilized as well as interviews given by Emicida to the newspaper "Le Monde Diplomatique Brasil" in 2018 and to the program "Roda Viva", from TV Cultura, on July 27, 2020, seeking to identify the relationship of both with Brazilian black thought and their reflections on issues of the current reality. As for the methodology adopted, bibliographic discussions will be held in the two initial segments of the work, as well as a discourse analysis for Emicida's interviews. Thus, it aims to highlight new horizons of interpretation of reality, contributing to the formulation of different analytical and investigative possibilities about contemporary Brazil, making the voices of subjects historically invisible and marginalized by official and hegemonic narratives emerge and resonate. We have the intention to demonstrate the interlocutions between the selected authors and social action, understanding the need to blacken public policies and to understand the reality through decolonized perspectives and through the black experience.

KEYWORDS: Race. Blackness. Political thought. Ronilso Pacheco. Emicida.

PENSAMIENTO NEGRO EN DEBATE: IDEAS DE RONILSO PACHECO Y EMICIDA

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo identificar si las ideas del pastor Ronilso Pacheco y el rapero Emicida dialogan con las claves interpretativas del pensamiento negro. Para ello, se movilizarán libros del pastor, así como entrevistas concedidas por Emicida al diario "Le Monde Diplomatique Brasil" en 2018 y al programa "Roda Viva", de TV Cultura, el 27 de julio de 2020, buscando identificar la relación de ambos con el pensamiento negro brasileño y sus reflexiones sobre el Brasil contemporáneo. En cuanto a la metodología adoptada, se realizarán discusiones bibliográficas en los dos segmentos iniciales del trabajo, además de un análisis del discurso para las entrevistas de Emicida. Con ello, se busca resaltar nuevos horizontes de interpretación de la realidad, contribuyendo a la formulación de diferentes posibilidades analíticas e investigativas sobre la sociedad brasileña, haciendo emerger y resonar las voces de sujetos históricamente invisibles y marginados por narrativas oficiales y hegemónicas. Buscamos demostrar las interlocuciones entre los autores seleccionados y el trabajo social, entendiendo la necesidad de ennegrecer las políticas públicas y orientar la comprensión del mundo social desde perspectivas descolonizadas y basadas en la experiencia negra.

PALABRAS CLAVE: Raza. Negritud. Pensamiento negro. Ronilso Pacheco. Emicida.

INTRODUÇÃO

Podemos interpretar a formação histórica e a realidade brasileira a partir de um pensamento negro? O tipo de reflexividade gerada depende das referências que utilizamos para esse exercício intelectual, sejam elas acadêmicas ou não. Em um país majoritariamente composto por negros e negras, é fundamental que as suas proposições sejam lidas e ouvidas, a fim de compreender os processos sócio-históricos a partir de um segmento basilar da sociedade. Nessas condições, o pensamento negro adquire centralidade como leitura da realidade social e política brasileira. Por meio das interpretações baseadas na experiência vivida pelas populações periféricas, abre-se caminhos para elaborar conhecimentos sobre o mundo social “a partir do lugar epistêmico do negro nessa sociedade” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 20).

Partindo dessa perspectiva, o artigo tem como objetivo identificar se as ideias do pastor Ronilso Pacheco e do *rapper* Emicida dialogam com as chaves interpretativas do pensamento negro brasileiro. Do ponto de vista metodológico, serão realizadas discussões bibliográficas nos dois segmentos iniciais do trabalho, assim como uma análise de discurso para as entrevistas de Emicida concedidas ao jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* em 2018 e ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em 2020. Com isso, visa-se destacar novos horizontes de interpretação da realidade do país, contribuindo para a formulação de diferentes possibilidades analíticas e investigativas sobre o Brasil contemporâneo, e fazendo emergir e ressoar as vozes de sujeitos historicamente invisibilizados e marginalizados pelas narrativas oficiais e hegemônicas.

Como referencial metodológico para a análise das entrevistas de Emicida, utilizamos a chamada “análise do discurso”, pois consideramos que a vida social é enunciada pela linguagem e que há um conjunto de práticas sociais e culturais que a informam e a subsidiam. Desse modo, a constituição dos sujeitos é atravessada pelas relações que lhe são exteriores (ORLANDI, 2011), e o discurso deve ser entendido como prática social, inserido na especificidade de um contexto histórico, social, político, econômico e ideológico (FAIRCLOUGH, 2019). O pensamento

político do *rapper*, a nosso ver, pertence a processos coletivos que dão sentido à realidade, além de interpretá-la, por meio da produção artística, verbalizando reivindicações e identidades a partir das letras de suas músicas.

Ao tratarmos as ideias de um teólogo e de um *rapper*, ressaltamos o caráter interdisciplinar que possui o campo do pensamento social e político, visto que diferentes leituras do mundo social concorrem para trazer novos pontos de vista sobre questões e dilemas cotidianos. A escolha por esses autores se justifica pelas conexões constantes que ambos possuem com a população mais afetada pelos problemas sociais do país, ou seja, a população negra. Além disso, por pertencerem a esses estratos sociais, suas observações nos permitem acompanhar a historicidade dos processos de exclusão e de desigualdade social.

Trazer essas interpretações para o centro do debate revela nossa intenção de buscar narrativas de compreensão e leitura da realidade brasileira que considerem os/as negros/negras como sujeitos capazes de produzir seus próprios sentidos e reflexões, uma vez que, historicamente, são tratados como objetos de estudos (KILOMBA, 2019). Lembremos que, como aponta Botelho (2008), as interpretações do país devem ser tratadas como elementos importantes para a compreensão da articulação das forças sociais que operam no desenho da sociedade, e que contribuem para movê-la em determinadas direções. Tomar a contemporaneidade de Pacheco e de Emicida é uma aposta para interpretar o Brasil a partir de atores sociais que vivem às margens de formulações hegemônicas. Acreditamos que esse procedimento analítico pode ampliar a influência de importantes interpretações do pensamento negro, articulando-o com reflexões elaboradas por sujeitos do tempo presente.

Além deste segmento introdutório, o artigo contém outras quatro seções, nas quais trataremos, em primeiro lugar, da importância do pensamento negro como elemento central para compreensão da formação social brasileira. Em um segundo momento, abordaremos a Teologia Negra, como proposta por Ronilso Pacheco, como perspectiva crítica e decolonial, aporte teórico fundamental para a análise das relações de exploração e opressão racial no país. Em seguida, consideramos as perspectivas de Emicida como formulações de um pensamento negro

contemporâneo. No último segmento, apresentamos as considerações finais que buscam articular as questões enunciadas pelos autores em tela.

PENSAR NEGRO, PENSAR BRASIL

Na tradição do pensamento social e político brasileiro, as vozes e os saberes dos e das intelectuais negros e negras ocuparam posições subalternizadas no debate acadêmico, o que não deixa de ser um indício das dinâmicas excludentes e do racismo presentes nas hierarquias sociais. O fazer científico é influenciado pela dinâmica excludente, desdobrando-se em diferentes projetos políticos que não admitiam o protagonismo de negros e negras no pensar o Brasil, silenciamento que pode ser entendido como uma das vertentes do “epistemicídio” (CARNEIRO, 2005). Concordando com Guerreiro Ramos (1954, p. 2), recordamos que um pensamento autônomo sobre a condição do negro no Brasil é fundamental para a “elaboração de uma consciência sociológica, verdadeiramente nacional, da situação do homem de cor brasileiro”.

Esse exercício, apesar de complexo, pode nos ajudar a compreender questões históricas e a possibilitar novos olhares para temas contemporâneos. Olhando para a formação nacional, observamos que já foram feitas as mais diversas reflexões, sendo possível até mesmo identificar algumas “linhagens” ideológicas na tradição de debates entre liberais e conservadores (BRANDÃO, 2005). Apesar de a raça estar no centro das interpretações mais influentes do Brasil, como nas obras de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna, essas perspectivas analíticas são insuficientes para dar conta das vivências e experiências da população negra.

Autores como, por exemplo, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias Nascimento e Sueli Carneiro abriram caminhos plurais de pesquisa e análise do Brasil a partir de uma perspectiva negra. Esses intérpretes do Brasil formularam questionamentos sobre a formação social brasileira, sobre o tipo de Estado que possuímos, sobre o caráter estrutural das desigualdades e hierarquias sociais, sobre a não-efetivação de direitos de cidadania e seus impactos, sobre os reflexos dessa condição no

fundamento das políticas públicas adotadas etc. O que chamamos de pensamento negro está entrelaçado com o reconhecimento de sua posição periférica de interpretação, em termos nacionais e internacionais, o que não deixa de apontar para a invisibilização e a marginalização de tais reflexões, sendo possível estabelecer paralelos com o que ocorre com intelectuais de outros países também periféricos (QUIJANO, 2005; BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). A resistência à imposição de uma memória única sobre a formação do Estado brasileiro expressa, a nosso ver, as múltiplas correlações de forças e disputas para a elaboração de um sentido sobre o passado e as suas reverberações no presente, especialmente se considerarmos o caráter atemporal da memória e das representações a ela associadas.

Considerar as correlações entre a construção de um pensamento social e político brasileiro e a produção de projetos de Brasil implica discutir as reverberações das narrativas e de memórias sobre o processo de escravização, bem como sobre a formação de um Estado à luz dos valores de igualdade, liberdade e cidadania construídos pela modernidade ocidental. Pois, com base nesses eventos, as ideias sobre “raça” passaram a ser usadas como critérios de classificação para legitimar projetos políticos de dominação e exclusão, ou seja, os significados atribuídos à raça são construções históricas, sociais e políticas adotadas como um modo de organizar as estruturas e hierarquias sociais, além de legitimar projetos de dominação e de exclusão (RAMOS, 1954; QUIJANO, 2005; MBEMBE, 2018a; KILOMBA, 2019).

Considerar o negro como povo é uma premissa que desloca os discursos da modernidade ocidental, os quais impõem a universalidade do indivíduo do iluminismo - branco, europeu e “civilizado”-, como norma a ser buscada (FANON, 2008; HALL, 2003; MBEMBE, 2018a; KILOMBA, 2019). Essas premissas se encontram na sociedade brasileira até os dias que correm, consequências diretas da hegemonia de ideologias e de imaginários colonialistas característicos de formações sociais estruturadas pela escravização. Propondo diálogos com a decolonialidade, acreditamos que as chaves interpretativas do país abertas por intelectuais negros – acadêmicos ou não – fornecem epistemes e narrativas descentradas,

críticas e comprometidas com a resistência e o engajamento coletivo da população negra. Afinal,

O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional (RAMOS, 1954, p. 28).

Acompanhamos a observação de Frantz Fanon (2008), quando ele observa que imaginários coletivos hegemônicos são imposições culturais relacionadas aos lugares de poder, sendo o racismo e a invisibilização do negro os princípios de constituição do ordenamento social. De acordo com Clóvis Moura (1983; 1994), após a Abolição da escravidão (1888) e o fim do Império (1822-1889), o Estado republicano brasileiro optou pela exclusão dos negros do projeto de modernidade nacional, preservando estruturas de exploração e de opressão no modelo capitalista de tipo liberal-escravista adotado. No momento da transição institucional e da mudança de regime, a memória da escravização ainda estava latente, e os sistemas de classificação social hierarquizavam os sujeitos e as práticas sociais, culturais e religiosas a partir de critérios que deslegitimavam as heranças e as tradições afro-brasileiras. Como bem observa Sueli Carneiro (2005), afirmar que o “outro” é bárbaro, primitivo e não-civilizado é afirmar a impossibilidade do reconhecimento de seu estatuto de cidadão, de modo que se delimitam lugares sociais aos sujeitos destinados à “outridade” (KILOMBA, 2019).

Indo além, a perspectiva de Abdias do Nascimento se construiu a partir da transformação radical das estruturas socioeconômicas e culturais da sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2019), projetando, assim, a raça negra no poder, como a maioria da população constituindo um poder democrático. Essa consideração se atrela à necessidade de interpretar a realidade a partir da valorização do/da negro/negra, ressaltando a importância das práticas artísticas, das expressões culturais, tradições, oralidades, músicas, memórias e histórias das experiências negras

diaspóricas e atlânticas para a construção da identidade racial negra no Brasil. Com base nisso, entendemos o “Teatro Experimental do Negro” (TEN), fundado por Abdias em 1944, como expressão de um “projeto comum de ação” (DOMINGUES, 2011), pois revelava estratégias de afirmação coletiva de sujeitos sociais negros frente aos desafios e às desigualdades presentes em uma sociedade racista. A proposta de Abdias nos remete à observação de Paul Gilroy (2001), de que a identidade negra é uma construção histórica e política, alicerçada em múltiplas trocas e contatos, criando e tecendo culturas.

Em *Brasil: Raízes do protesto negro* (1983), vemos Clóvis Moura tratando da condição periférica brasileira no fluxo das relações de poder e acumulação globais, fatos que criaram um modelo de “capitalismo dependente” dos Estados Unidos e da Europa ocidental. Além disso, o autor afirma que a condição periférica do país permite a manutenção de estruturas sociais subalternizantes da população negra, posicionando-a às margens de um sistema já periférico (MOURA, 1983, p. 12). Constata-se, então, a dupla operação crítica feita por Clóvis Moura, tanto em relação à dominação eurocêntrica e à aceitação desta por parte das classes dominantes nacionais, quanto à identificação da singularidade da experiência negra, pois o racismo continua a fundamentar a exclusão social. Esse posicionamento está presente na perspectiva decolonial, cuja abordagem trata dos efeitos da colonialidade produzidos nos aspectos externos e internos do Sul global, ou seja, da periferização nos lugares de poder e conhecimento da modernidade e, no interior dos países periféricos, trata da dominação fundada em critérios raciais, de gênero, sexualidade e classe (QUIJANO, 2005; BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

Nesse sentido, não apenas em escala global, a reflexão decolonial evidencia problemas estruturais dentro da própria sociedade periférica, de modo que, ao priorizar uma interpretação de autores negros sobre a realidade nacional, trazemos evidência ao lócus enunciativo (SPIVAK, 2010) de intérpretes que nasceram e viveram na periferia da periferia. Sem ocupar posições de elite, os autores aqui trabalhados possuem trajetórias de vida subalternizadas em um país globalmente subalterno, prejudicando ainda mais a valorização de suas reflexões próprias.

Essa operação metodológica pode ser relacionada à necessidade de construção de uma ciência nacional e autêntica, capaz de subsidiar projetos de desenvolvimento do país, ideia apresentada por Guerreiro Ramos (1954) como um programa epistemológico articulado à análise das experiências negras e das relações raciais, além da reflexão sobre o caráter do Estado e das instituições existentes no país. Com isso, Guerreiro Ramos (1954, p. 2) propunha a reflexividade sobre as categorias analíticas e as premissas do trabalho científico, assinalando que estas são localizadas historicamente. Como argumenta o autor,

Os países formados por colonização exibem um caráter mimético resultante da situação global em que estão. O prestígio das metrópoles se lhes impõe inexoravelmente. Diante do imperialismo desse prestígio, não é dado ao país colonizado fazer opções, nem lhe pode ocorrer mesmo a ideia de opção, senão a partir da possibilidade real de liquidar sua dependência. O caráter nacional de um povo não é um dado independente dos fatores que o constituem, está implicado neles (RAMOS, 1960, p. 91).

Em uma síntese: as experiências negras podem dialogar com as interpretações decoloniais por meio de perspectivas que pensam a raça e a condição do/da negro/negra, demonstrando a urgência de transformar as estruturas sociais e a superação das desigualdades historicamente produzidas e reproduzidas para subalternizar a população negra. Projetos de ciência e de sociedade que excluem a produção do pensamento negro expressam processos de colonização do conhecimento, inviabilizando agendas de pesquisa que coloquem o combate ao racismo como elemento central do debate teórico e político. Por isso, entendemos que discutir Brasil é discutir raça.

A INSURGÊNCIA DO PROFETA

Compreender o crescimento da fé evangélica no Brasil contemporâneo é fundamental, visto que 31% da população se denomina evangélica, com uma tendência de que, em pouco mais de uma década, a taxa de evangélicos supere a de católicos no país.³ Essa questão já é visível não apenas pelo aumento do número de templos espalhados no Brasil, mas também pela crescente “bancada evangélica”, que move pautas de interesse desse grupo no Congresso Nacional. Contudo, considerar evangélicos como um bloco sólido e uniforme seria um equívoco analítico, o qual dificultaria a compreensão da real natureza desse fenômeno.

Fracionada em diversos segmentos desde sua chegada ao Brasil, no início do século XX, a igreja evangélica atualmente chama a atenção pela presença de seus grupos e ramificações nos mais diferentes espaços, especialmente na política nacional e nos meios de comunicação de massa. Diferentemente de outras religiões, assim como do próprio pentecostalismo histórico, o neopentecostalismo⁴ tem como uma de suas principais características a adesão de um grande número de pessoas das classes populares. Algumas das explicações podem ser atribuídas a fatos como: o aumento dos cultos de cura; a redução do sectarismo em relação aos costumes e práticas culturais da população; a priorização da Teologia da Prosperidade, com foco no sucesso material do fiel; assim como a influência capilarizada nos âmbitos empresarial, social, midiático e político (MARIANO, 2014). Essa influência na política partidária é inegável e, desde a Constituinte de 1988, é possível perceber deputados declarados neopentecostais pautando interesses do segmento religioso no Congresso Nacional.

³ A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha em dezembro de 2019 e é sumarizada na seguinte notícia: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghml>. Último acesso em: 07/08/2020.

⁴ Um dos maiores responsáveis por esse aumento, comumente associado aos movimentos conservadores.

Porém, para além desse projeto conservador de poder pautado pelos “profetas palacianos” (PACHECO, 2019), há a necessidade de compreender a existência da diversidade no interior do movimento, com interpretações da realidade que se distanciam das perspectivas majoritariamente adotadas por pentecostais. O teólogo e pastor auxiliar da Comunidade Batista de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, Ronilso Pacheco, é um exemplo dessa diversidade, pois realiza uma leitura da Bíblia a partir da experiência negra, afirmando que a hegemonia de narrativas que não correspondem à realidade da população negra precisa ser substituída por outras visões que ressaltem o seu protagonismo e os seus laços. De modo mais preciso, Ronilso Pacheco defende a construção de uma “rede” teológica que ultrapasse os limites da religião, denunciando e combatendo os problemas sociais, em uma chave interpretativa que possui como argumento central a necessidade de evidenciar o papel histórico da igreja enquanto pressuposto e fundamento moral da opressão e violência produzidas pelo Estado, de forma seletiva e controladora. Para o autor,

a violência, e em especial a violência institucionalizada, está, em grande parte, envolvida por uma religiosidade sacralizadora, em que ordenamento jurídico e estado policial também são ordenamentos cristãos e estado de repressão e punição de “pecados sociais” (PACHECO, 2019, p. 9).

Dentro desse pensamento, os problemas contemporâneos têm sua origem marcada pela escravização, expressa através da seletividade do Estado na consideração sobre quem tem direito ou não à vida, ou seja, a “necropolítica” (MBEMBE, 2018b) estabelece quais sujeitos são desejáveis ou não. O racismo e a violência seriam, então, partes cruciais do “pecado estrutural” do Brasil contemporâneo. A violência, segundo Ronilso (2019), serve não mais para sustentar o Direito, mas também o mercado, visto que, sob as dinâmicas do modelo liberal-capitalista, os direitos sociais são desvinculados do Estado. Nesse sentido, o autor compreende que a violência e o racismo agem atrelados à desigualdade econômica, o que complexifica a superação desses problemas de maneira

separada. Essa reflexão pode ser articulada à análise de Silvio Almeida (2019) a respeito do impacto das políticas neoliberais de desmonte do Estado sobre a população negra, aprofundando a precarização e a exclusão social.

De acordo com Achille Mbembe (2018a), a ideologia do neoliberalismo cria a ficção de que cada pessoa é “empreendedora de si mesmo”, responsável por sua autossuficiência e pela resolução dos seus próprios problemas, de modo que o Estado cria um grupo de sujeitos indesejáveis – e que se percebem como indesejáveis –, produzindo a precarização da vida. A cidadania, como argumenta Pacheco (2019), também é transformada em mercadoria e bem de consumo, vinculada aos espaços religiosos do mercado, e a condição do negro/negra é a mais afetada pelo modelo capitalista, com as políticas de austeridade, “ajustes fiscais” e retirada de direitos e redes de proteção social ampliando as desigualdades, inseguranças, instabilidades e a informalidade de empregos, além da limitação do acesso à renda. Para nosso autor,

A desigualdade não pode ser gestada sem violência, e a violência institucionalizada, do Estado, por vezes é intocável pelo seu caráter sacralizado. Sua áurea de necessária para a manutenção da lei e da ordem lhe permite sair sem arranhões de nossas reflexões, projetos, debates, congressos, sermões, denúncias. Falta-nos a crítica escatológica (PACHECO, 2019, p. 34).

A globalização é apresentada, no final da década de 1980, como a promessa de um novo projeto de modernidade, com a igualdade entre países, raças, etnias, povos, além da integração econômica e cultural de todas as partes do mundo (HALL, 2003). O modo de produção capitalista, internacionalizado, apareceria como condutor do desenvolvimento do sistema produtivo mundial, processo que o geógrafo Milton Santos (2015) chamava de “globalização como fábula”. Nessa “fábula”, a construção da cidadania é limitada pela exclusão social, e as democracias liberais aplicam medidas de redução do papel do Estado, em nome do “ajuste” nas contas

públicas. Com isso, direitos e legislações trabalhistas são fragilizados, políticas sociais de combate às desigualdades são desmanteladas para que reformas liberais mantenham a sustentabilidade do sistema capitalista. De acordo com Judith Butler (2018), essa realidade faz as vidas das pessoas se tornarem insustentáveis e a precariedade produzida atinja diretamente as classes trabalhadoras, especialmente sobre os estratos mais pauperizados que, no Brasil, são ocupados majoritariamente por negros.

De acordo com Ronilso Pacheco (2019), para superar essa situação, uma luta escatológica radical deve ser criada. Essa luta se daria pela busca dos “profetas insurgentes”, aqueles que criticam e denunciam as situações de racismo e de desigualdade que a igreja ajuda a sustentar. A proposta de Pacheco (2019) é a de pautar a mudança social a partir de uma religião inclusiva e justa, na qual, a partir dela, se faça a crítica ao *status quo*, à desigualdade e ao autoritarismo, formando uma base moral progressista para a leitura das realidades dos milhares de fiéis e da sociedade brasileira de modo mais amplo. Tal base moral a ser criada seria um exercício de resistência das classes populares, com corte racial e econômico. A partir disso, Ronilso Pacheco afirma que as favelas e comunidades brasileiras possuem formas de articulação e de associação, criando sentidos de comunidade e pertencimento na constituição das suas vidas, e essas práticas atravessam os usos do território e da corporeidade.⁵ Por esse motivo, o autor vai além do próprio evangelismo, propondo a Teologia Negra como “chave de resistência” (PACHECO, 2017).

Associada diretamente à ação dos “profetas insurgentes”, a Teologia Negra pode ser compreendida como uma das formas de resposta às condições de exploração e opressão do momento histórico presente, ao articular reflexões sobre corporeidades, territorialidades, espiritualidades, identidades, modos de pertencimento, solidariedades e afetos entre uma “comunidade” negra. A espiritualidade seria uma das possibilidades de exercício dessa resistência, seja pela preservação da fé e dos saberes afro-brasileiros, seja através do culto evangélico. Sobre o

⁵ A entrevista concedida por Ronilso Pacheco pode ser acessada em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592266-uma-teologia-como-chave-para-oprimidos-resistem-a-aspereza-da-vida-entrevista-especial-com-ronilso-pacheco>. Último acesso em: 07/08/2020.

último ponto, Ronilso Pacheco (2017) assinala que o protestantismo, com sua defesa da autonomia e iniciativas individuais, funciona como suporte para a existência periférica, numa realidade na qual a marginalização e a precarização induzidas pela negligência estatal exigem que alternativas de sobrevivência sejam elaboradas. Segundo o autor, essas narrativas vêm sendo:

mais presentes em um contexto de ação política, prática de rua, envolto em sublevações de resistências em defesa da vida e da dignidade de negros e negras no contexto de violência e racismo do Brasil, vão apontando a contribuição da Teologia Negra para problematizar as diversas desigualdades no país em tratos com corpos e territórios (PACHECO, 2017, p. 234).

Partindo da interpretação do Êxodo, a relação da Teologia Negra com a materialidade é o que sustenta o discurso de Pacheco, pautado na identificação racial. Associar a experiência de colonização do povo hebreu à realidade negra e periférica brasileira é o que o autor propõe como interpretação do Brasil, considerando os processos de colonização e escravização (PACHECO, 2017). A manutenção da população negra como último estrato da pirâmide social brasileira, tal como sugeria Clóvis Moura (1983; 1994), é aprofundada pela codificação e pelo controle sobre os sujeitos, estruturados a partir da raça e da produção de diferenças segundo um conjunto de enunciados e saberes (FOUCAULT, 1979; MBEMBE, 2018a) que legitimam a exclusão social.

Na esteira dos argumentos de Pacheco, sugerimos que as lutas negras e anticoloniais estão ligadas à espiritualidade, e o povo negro se constitui como comunidade e igreja de si mesmo, práticas que possuem historicidade, podendo ser localizadas na resistência ao escravismo e nas lutas por direitos e reconhecimento. Ao evocar o papel das práticas socioculturais e religiosas para a construção da identidade negra, a decolonialidade na Teologia Negra é uma forma de pensar além da “resposta epistêmica” e do “locus enunciativo” acadêmico, como propõem Bernardino-Costa e

Grosfoguel (2016), pois pressupõe um pensamento a partir da resistência de mulheres negras e das famílias que perderam seus filhos, vítimas do Estado (PACHECO, 2017). A produção acadêmica precisa ser impactada por esses pontos de vista marginais, de modo a gerar sensibilidade para questões que, atualmente, exprimem não apenas o Brasil, mas diversos outros países nos quais a população negra é posta como o “não-ser” e destinada ao “não-lugar” (MBEMBE, 2018a).

Em poucas palavras, o pensamento de Ronilso Pacheco é guiado pelo combate ao racismo e às desigualdades existentes no Brasil e em diversos países. Ao buscar a descolonização da teologia, localizando-a e situando-a no contexto de um país periférico, questiona-se todo conhecimento que se proponha universal e universalizante. Sendo compromissos do pensamento negro não apenas as transformações sociais, mas também uma manifestação de rejeição aos paradigmas impostos pela colonialidade, as contribuições de Ronilson Pacheco podem ser entendidas como uma interpretação da realidade social que se vincula a projetos de conhecimento e de prática social e política descolonizados e fundados na experiência negra. Proposta que, como vimos, é cara a uma parte da tradição intelectual brasileira.

O RAPEM MOVIMENTO

Como estamos argumentando, no Brasil, a compreensão das questões político-econômicas e das desigualdades a partir de uma leitura antirracista é uma operação analítica necessária, já que o principal fator estrutural e estruturante da formação social do país foi a escravização. Assim, falar em desigualdade social é falar em desigualdade racial. Dessa forma, propomos que os projetos de transformação social que não incluem o combate ao racismo não são efetivamente transformadores, como sugere Clóvis Moura (1994). No interior dos embates críticos e diálogos para a construção de horizontes de superação das desigualdades sociais, a tarefa do trabalho científico é “induzir da realidade nacional os seus critérios de pensamento e ação” sem a aplicação literal de conceitos estadunidenses e europeus, exteriores à realidade nacional (RAMOS, 1954, p. 4).

Por isso, é necessário elaborar um “sistema de referências” próprio para tratar dos problemas nacionais, já que a ciência é, sobretudo, um “estilo de vida” (RAMOS, 2014, p. 4). Nessa linha, podemos questionar: como relacionar os espaços formais e informais de discussão e a produção de conhecimento? Sugerimos aqui que o *rapper* Emicida oferece um pensamento negro crítico e periférico para a interpretação da realidade nacional a partir de critérios próprios de avaliação, vinculado às experiências e vivências da população negra. Não por acaso, na entrevista concedida ao “Roda Viva”, em 2020, o *rapper* evoca e referencia os seus antecessores, trazendo-os à base de suas reflexões sobre a organização da população negra, suas possibilidades e seus canais de atuação e de protesto. Segundo ele,

A luta antirracista no Brasil não começou agora (...) se hoje a gente está nessa condição em que eu posso dizer que algum avanço aconteceu é por fruto de conquistas de gente como Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez. A gente é resultado dessas conquistas, essas conquistas produziram mobilização de uma maneira organizada (...) a mobilização, sem a organização de base e sem a construção coletiva pode desaguar em alguma coisa que talvez até se volte contra nós (EMICIDA, 2020, min. 15:55).

Essa relação entre *rappers* e um discurso político engajado pela transformação social não é novidade no Brasil. Historicamente associado a esse tipo de reflexão, Mano Brown, do grupo Racionais MC's, foi considerado por muito tempo o “porta-voz” da periferia, elaborando reflexões sobre a vivência periférica e periferizada e, também, lançando perspectivas para além dela por meio das letras de suas músicas.⁶ Na eleição de 2018, por exemplo, o *rapper* esteve na Lapa, bairro centro no Rio de Janeiro, para o comício de Fernando Haddad, então candidato

⁶ Do ponto de vista social, Mano Brown se considera uma pessoa “realista”, afirmando que “vê as coisas como elas são”. Compreender isso é fundamental para entender o seu pensamento sobre a realidade, expressa não apenas nos consagrados álbuns do Racionais MC's, mas também em suas entrevistas e discursos.

à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mano Brown foi o único discursante vaiado durante e ao final de sua fala, pois apresentou questionamentos sobre os rumos que o PT havia tomado nos últimos anos, distanciando-se da periferia e não falando mais a “sua língua”.⁷ Falas como essa são sintomáticas e exemplares das diversas críticas que o partido sofreu durante seu período de governo, sendo a falta de diálogo com as bases e movimentos populares um dos pilares do início de uma crise política que se estende até os dias atuais (SINGER, 2018).

Ao recuperarmos o pensamento de Emicida, tratamos aqui da “continuação” do Mano Brown⁸ não apenas em termos musicais, mas também em termos de discurso e de engajamento político. Sua trajetória faz parte da história dos sujeitos periféricos brasileiros, e ele interpreta essa história e a conjuntura contemporânea em suas letras musicais e nas entrevistas que concede a grandes veículos de comunicação. Assim, compreender o que o *rapper* pensa atualmente é compreender o que a periferia tem a dizer sobre o seu entorno. Entendemos, em linhas gerais, que a eleição de Emicida enquanto um intérprete do Brasil contemporâneo pode ajudar a compreender alguns dos caminhos que a periferia de um país historicamente periférico vem tomando nos últimos anos.

Dito isso, importa observar que a cultura aparece, para Emicida (2020), como forma de valorização da identidade negra, construindo linguagens, estéticas e expressões artísticas que reforçam a autoestima e podem ser entendidas como um pensamento político. A relação entre a “cultura negra” e a formação de identidades sociais foi apresentada por autores como Stuart Hall (2003), Paul Gilroy (2001) e Petrônio Domingues (2011), que se debruçaram sobre o papel da música como manifestação das vivências de negros e negras a partir de suas próprias perspectivas e referenciais, criando sentidos próprios para interpretar a realidade sem recorrer aos códigos e universos simbólicos hegemônicos.

⁷ Para conferir o discurso de Mano Brown, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=31i5LI-DO8>. Último acesso em: 07/08/2020.

⁸ Trecho da entrevista ao “Roda Viva” em que Emicida assume e reivindica a continuidade do legado de Mano Brown: <https://www.youtube.com/watch?v=-I79OPDSdH4>. Último acesso em: 07/08/2020.

A proposta de utilização da cultura como mecanismo valorizador do negro e de preservação de sua identidade pode ser pensada desde as práticas de escravizados, com seus batuques, zungus, capoeiras, ritos de cura, cultos etc. Esse tema aparece nas formulações do Teatro Experimental do Negro, exaltando as oralidades e expressividades fundadas nas trocas culturais da população negra, inserida nos contatos e fluxos do Atlântico Negro (GILROY, 2001). Também aparece na produção de Guerreiro Ramos (1954), quando o autor defende a necessidade de libertação da “ideologia da brancura” (1954, p. 21) a partir das manifestações culturais, pois a expressão artística é um modo de desalienação da população negra. Assim, quando Emicida (2018) afirma ao *Le Monde Diplomatique Brasil* que sua gravadora, a “Laboratório Fantasma”, “nasceu na favela, nasceu preta e a gente faz questão de falar isso”, reforça a potência da cultura, especialmente quando o *rapper* argumenta que as iniciativas da gravadora são “um símbolo de fé e de força” capaz de criar “um mundo de possibilidades” (EMICIDA, 2018, min. 2:36 até 3:00).⁹

Um mundo de possibilidades é necessário para existir e resistir em uma realidade racista e periférica, na qual a exploração econômica convive com a violência policial, bem como com o encarceramento em massa da população negra e com sua exclusão dos espaços de poder. Compreender essa relação entre periferia e violência é uma questão que, até hoje, é importante para entender o Brasil. Essa realidade faz com que a liberdade e a política sejam significadas segundo parâmetros distintos daqueles apregoados pela ideologia liberal. Emicida (2018) considera a liberdade como uma “cruz” e uma “ofensa”, porque ela não é garantida à população negra e precisa ser continuamente buscada e reafirmada, já que as diferentes manifestações do racismo enquadram e limitam as possibilidades disponíveis na sociedade.

⁹ Entrevista concedida por Emicida ao *Le Monde Diplomatique Brasil* em 2018, disponível no canal da revista no *Youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=Wk2TE2Yvjlk>. A entrevista foi publicada, com algumas edições, na versão online da revista, em 15/05/2018, e pode ser acessada no seguinte endereço: <https://diplomatique.org.br/me-preocupa-o-fato-de-a-poesia-precisar-ser-obvia-para-caralho-emicida/>. Último acesso em: 07/08/2020.

De acordo com o *rapper*, aos olhos da “branquitude”, não há incômodo “ao ver um preto na calçada, jogado no lixo, andando pelado, louco na rua ou amontoado nas cadeias”, mas quando há negros e negras ocupando espaços historicamente restritos às elites, são deslegitimados e desqualificados, “porque na cabeça dessas pessoas a gente [os negros] tem que ser miserável” (EMICIDA, 2018, min. 1:20). A persistência desse imaginário dominante é um dos desdobramentos da opção brasileira de não pautar a necessidade de superação dos efeitos psicológicos da escravização e os seus resquícios na atualidade. Somam-se a isso, a adoção do receituário do neoliberalismo e a sua apologia do individualismo, do lucro acima da vida e de um modo de produção que esgota os recursos naturais, levando à formação de um modelo de sociedade insustentável. E Emicida (2018) não escapa desse assunto, afirmando que:

A gente erra porque a gente se refere ao modo como a gente vive como se fosse o único modelo de sociedade possível, como se fosse o único tipo de civilização possível (...). Existiam outras maneiras de ver o mundo e elas foram esmagadas pelo colonialismo (EMICIDA, 2018, min. 18:31).

Como estamos argumentando, as sociedades escravistas permanecem com resquícios da colonialidade em suas estruturas de poder, no imaginário coletivo e nas relações cotidianas mesmo após a “emancipação” legal (FANON, 2008; QUIJANO, 2005; KILOMBA, 2019). Consequência e reflexo dessa lógica de afirmação de superioridades raciais e culturais, a discriminação sobre as práticas das culturas negras assinala o “epistemicídio” (CARNEIRO, 2005), ao negar à população negra a capacidade de produzir conhecimento sobre a realidade, com a inferiorização dos seus saberes e práticas, fatos que tentam destitui-la de potencialidade e autonomia.

A colonização, então, além da violência física e material, mantém resquícios de violência simbólica, afetando as subjetividades através da imposição de uma linguagem e de uma epistemologia dominantes que, de acordo com a autora Grada Kilomba (2019), são legitimadas pelas relações

de poder fundadas nas relações raciais. Como resposta a essa situação, Emicida (2018) reflete sobre a permanente sensação de desterritorialização e desenraizamento vividos por negros e negras em diáspora, perspectiva fundamental para pensarmos as trocas e circularidades da experiência negra moderna:

A minha teoria é: nós, as pessoas de pele escura, os afrodescendentes, os pretos, os negros, o nome que você quiser dar, nascidos no continente americano, a gente vai ser eternamente um “não-lugar”, porque esse lugar aqui em que a gente nasceu não é nosso. Você não se sente em casa várias vezes e quando você vai pra lá [para a África], também não é sua casa lá. Porque você não nasceu lá, você não tá imerso na cultura de lá. Mas aí vai chegar o momento em que esse banzo vai bater de volta. E aí o que a gente faz? Pega essa África que a gente construiu e vai se conectando, vai construindo essa coisa meio itinerante, criando um país com os afetos que têm (EMICIDA, 2018, min. 16:38).

Diante desse quadro, Emicida argumenta que a atitude a ser tomada pela população negra é se “aquilombar”. Ele trata sua própria empresa como um quilombo, visando vencer de uma maneira coletiva. Em suas palavras: “vencer de uma maneira coletiva num ambiente de adversidade só vai acontecer se a gente tiver contato com a nossa comunidade (...), a conquista do Emicida tem que ser a conquista da tiazinha que está costurando essa camiseta” (EMICIDA, 2020, min. 85:35). Sobre esse ponto, Emicida se baseia em autores clássicos do pensamento negro brasileiro, trazendo sua própria interpretação e relação entre eles:

É daora você pegar, por exemplo, as reflexões do Abdias sobre quilombismo, a prática de se aquilombar (...) aí você também tem um desdobramento do que é a filosofia do quilombo que, quando chega no Clóvis Moura ele converte em quilombagem. Eu entendo essas coisas como etapas, o quilombismo tendo uma coisa política, do trabalho, e o Clóvis Moura já propõe que aquilo tem que alcançar a favela

e a cadeia (...) aí depois a Maria Beatriz Nascimento fala que o quilombo não é um lugar, é uma atitude (EMICIDA, 2020, min. 80:01).

É essa atitude que permeia suas ações, seus projetos – musicais e empresariais – e o que pensa o *rapper* sobre a ação política da população negra brasileira. A relação que ele estabelece com autores que lhe são anteriores, e que contribuíram para ele estar no lugar que ele ocupa hoje, é de aprendizado e continuidade, ou seja, da mesma maneira que seria uma “continuação” da figura de Mano Brown, também podemos considerar que Emicida é uma “continuação” de autores e de autoras que se debruçaram sobre a questão racial brasileira em diferentes contextos.

A valorização de interpretações como essa é fundamental para instigar novos olhares sobre o país, com posicionamentos que dialogam com as propostas do projeto decolonial de formação de contradiscursos às narrativas do sistema-mundo moderno/colonial. Com essas interpretações, rejeitamos a exclusão epistemológica, histórica, política, social e econômica da população negra, bem como formas de dominação que estabelecem apagamentos e silenciamentos na produção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, nossa proposta foi a de destacar as interpretações negras como suportes imprescindíveis para a leitura do Brasil e dos *Brasís* existentes no seu interior, recuperando as formulações de dois pensadores contemporâneos -Ronilso Pacheco e Emicida. Como argumentamos, essas discussões podem abrir caminhos para pensarmos na criação de disciplinas, atividades, metodologias e processos de ensino-aprendizagem que enfatizem a população negra como protagonista dos processos históricos. Construir um projeto de Brasil que abrace essas questões é fundamental para a resolução de problemas sociais e políticos com os quais ainda lidamos. São em momentos de crise, como o atual, que é necessário voltar ao passado e observar onde se errou, apontando as insuficiências de projetos anteriores para que os próximos consigam

se aproximar das resoluções dessas questões latentes. A própria realidade brasileira traz a urgência de narrativas como essas, que refletem criticamente a sociedade a partir da sua posição social mais baixa, se reconhecendo enquanto periferia e construindo uma nova visão de futuro a partir disso.

Essa chave analítica é incontornável, a nosso ver, porque ajuda a entender alguns dos acontecimentos históricos no país e ao redor do mundo, tais como o racismo estrutural; o genocídio negro e as políticas de encarceramento em massa; e a ampliação das desigualdades raciais e sociais como reverberações do neoliberalismo e de políticas de austeridade fiscal. Fenômenos recentes, como os protestos antirracistas e a derrubada de estátuas e monumentos que exaltavam personagens escravistas, são episódios que vieram à tona após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos.¹⁰ Provocando debates sobre a construção de diferentes narrativas, memórias e interpretações sobre o passado, essas mobilizações destacam a centralidade do racismo como elemento fundante e estrutural das sociedades ocidentais e problematizam os efeitos políticos gerados pela “tecnologia de poder” (MBEMBE, 2018b; FOUCAULT, 1979) no modo de organização das relações sociais.

As interpretações do pensamento negro apresentadas ao longo deste trabalho, ampliadas para as análises contemporâneas de Ronilso Pacheco e de Emicida, dialogam entre si ao colocar a questão racial como aspecto indispensável para a compreensão de alguns dilemas da democracia brasileira. Recuperando as ideias-chaves desses intérpretes, vemos reflexões sobre suas realidades que articulam passado e presente para projetar um futuro, no qual haja uma organização da população negra e periférica. Entender-se enquanto negro e olhar para seus semelhantes com solidariedade é a prioridade para ambos, mesmo partindo de pontos narrativos bastante distintos. Por serem pensadores inseridos em

¹⁰ George Floyd, homem negro estadunidense morto por um policial branco no dia 25 de maio de 2020. Sufocado pelo joelho do policial por cerca de nove minutos, as cenas desse assassinato geraram comoção entre os movimentos negros ao redor do mundo. No Brasil, o assassinato do jovem João Pedro, menino negro de 14 anos, em uma invasão policial realizada no dia 18 de maio de 2020 no Rio de Janeiro, representou os protestos contra o genocídio negro que acontece historicamente no país.

movimentos que tomaram forma no pós-1988, possuem tanto um “lugar epistêmico” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016) quanto um lugar da base social brasileira da “Nova República”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, v. 48, n.2, p. 231-269, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, v.31, n.1, p. 15-24, 2016.
- BOTELHO, André. Intérpretes do Brasil, nosso antepassados? *In: RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 7-19.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. *História*, v. 30, n.2, p. 401-419, 2011.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação - episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018a.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018b.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Ed., 1983.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2019.
- PACHECO, Ronilso. A Teologia Negra no Brasil é decolonial e marginal. *Cross Currents*, v. 67, p. 233-242, 2017.
- PACHECO, Ronilso. *Profetismo: Utopia & Insurgência*. São Paulo: Recriar, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, v. 2, n. 2, p. 189-220, 1954.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1960.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SINGER, André. *O Lulismo em Crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VÍDEOS

EMICIDA. Vídeo (1h 35min 49seg). Roda Viva | Emicida | 27/07/2020. Publicado pelo canal Roda Viva, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pDV3SGzV3m4>. Acesso em: 07 ago. 2020.

EMICIDA. Vídeo (22min e 42seg). Emicida: Livre, emocional e selvagem | Entrevista completa. Publicado pelo canal *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wk2TE2Yvjlk>. Acesso em: 07 ago. 2020.

Texto recebido em 11/08/2020 e aprovado em 22/12/2020